

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O olhar de Lira

A amigos, o presidente da Câmara tem dito o seguinte: “O Senado joga duas bolas nas costas do governo e, depois, eu é que sou ruim”. Referia-se às duas emendas constitucionais, a que proíbe porte de drogas em qualquer quantidade e a que fixa o quinquênio fora do teto para o Judiciário, Ministério Público e outros.

“Enquanto eles brigam, a gente ganha”

A frase do presidente da Frente Parlamentar do Agro, Pedro Lupion, a esta coluna, é um sinal claro de que o setor é um dos que vai aproveitar a crise entre Lira e o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para emplacar as propostas que tem.

Radiografia

Os deputados ligados ao agro fizeram as contas e descobriram que integrantes da direção do Movimento dos Sem Terra estão encrustados no governo. São mais de 10 espalhados pelas regionais do Inbra, sem contar os que estão no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Por falar em vitória...

O placar da votação que colocou em regime de urgência a proposta que criminaliza invasão de terras foi uma resposta direta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois que ele disse que o MST tem que continuar com as movimentações.

Quem perde é o Tesouro

Enquanto a equipe do Ministério da Fazenda calcula as medidas para ampliar a arrecadação em R\$ 60 bilhões, para fechar as contas do ano que vem, a briga entre o governo e o Congresso aumenta o buraco. Nas últimas 48 horas, o Senado impôs uma derrota ao Poder Executivo nesta seara, ao aprovar, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o quinquênio para servidores do Judiciário e do Ministério Público fora do teto salarial do serviço público — e ainda estendeu a outros segmentos. A Câmara, por sua vez, prorrogou os benefícios fiscais a produtores de farelo e óleo de milho. Os dois movimentos indicam que o governo vai mal na Câmara e no Senado, e não tem conseguido segurar iniciativas que vão, aos poucos, aumentando o rombo nas contas. Em tempo: não dá para culpar o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), por essas aprovações. Afinal, quem tem que ter os votos para segurar projetos que criam despesas é o governo, e não o comandante da Casa.



CURTIDAS

Cada um por si/ Diante da crise do Planalto com o Congresso, os ministros estão se virando como podem. O da Defesa, José Múcio Monteiro, aproveitou a audiência na Câmara para pedir aumento do orçamento das Forças Armadas, que está previsto numa proposta de emenda constitucional.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Sobe e desce I/ Quem fecha esta semana política em alta para a Presidência da Câmara é o líder do PSD, Antonio Brito (BA, foto). Ele começou lá atrás e, discretamente, angaria votos nas duas pontas da polarização.

Sobe e desce II/ A preços de hoje, a disputa está entre ele e o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP), que teve presença maciça de ministros do governo em seu aniversário, na semana passada.

Melhor de três/ O líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), hoje citado na Casa como o candidato de Lira, está com dificuldades. Mas, como esta eleição é apenas em fevereiro de 2025, e ainda tem pela frente a eleição municipal, não lhe falta tempo para se recuperar.

GOVERNO

Clamor para turbinar as forças

Em audiência na Câmara, ministro da Defesa e comandantes pedem mais recursos para reequipar Exército, Marinha e Aeronáutica

» EVANDRO ÉBOLI

Em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, ontem, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e os três comandantes das forças — Exército, Marinha e Aeronáutica — se queixaram do orçamento, insuficiente para suas áreas, e pediram apoio dos parlamentares, que podem destinar recursos por meio de emendas. Múcio solicitou auxílio financeiro para que os projetos estratégicos não sejam paralisados, e cobrou previsibilidade orçamentária.

O ministro afirmou que o governo investe o equivalente a apenas 1,1% de seu Produto Interno Bruto (PIB) na defesa, diferentemente de outros países — que chegam a 2,5%, disse. “Não precisamos de 2%, como os países da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte). A Colômbia, um país pequeno, tem 3,6% do PIB. Nossos vizinhos estão com um orçamento maior do que o Brasil. Mas, diante das nossas prioridades, não estamos investindo em uma defesa, que é a guardião do nosso território, da nossa soberania”, exortou o ministro.

Segundo Múcio, investimento em defesa não tem apelo eleitoral e, por isso, é quase ignorado pelos parlamentares. “Não temos bancadas de deputados ou senadores. Somente os senhores poderão ajudar, criticar e contribuir com o que estamos precisando. E o que estamos precisando? Não só honrar nossos compromissos, como dotar nossas Forças Armadas de equipamentos conforme as nossas potencialidades e riquezas. É muito difícil, num país como o Brasil, com tantos problemas, pedir dinheiro para a Defesa. Mas, hoje, compramos

sem a certeza de podermos pagar”, insistiu Múcio.

O comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen, falou do desmonte da força que comanda. “Nos últimos 20 anos, a esquadra desmobilizou 50% dos seus meios (navios). E, até 2028, mais 40% serão desmobilizados, dos 50% que sobraram”, advertiu.

As queixas também partiram do comandante da Aeronáutica, brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno. “Não estamos voando a quantidade de horas necessárias para mantermos os pilotos adestrados”, frisou. A Força Aérea Brasileira (FAB) conta, atualmente, com 458 aeronaves ativas — em 2014, eram 576. Segundo o brigadeiro, o déficit anual para a manutenção das aeronaves é de R\$ 1,3 bilhão.

Vida pública

Múcio também defendeu os projetos, que tramitam no Congresso, que impedem que o militar da ativa dispute um cargo eletivo — e, em caso de não conseguir a reeleição, retorne à caserna. Para o ministro, aquele que entra na política, e depois volta ao quartel, retorna para as fileiras militares inflado pelo “proselitismo do político” — algo que desafia a hierarquia das forças e contamina um ambiente que deveria estar apartado de questões parlamentares.

Essa restrição, segundo Múcio, deveria ser imposta não apenas às três forças, mas, também, às polícia militares e corpos de bombeiros militares. “Quando mandamos para cá um projeto dizendo que incentivamos militares a ir para política, mas não voltar aos quartéis, é porque retorna com proselitismo do político. E começa a competir com o comandante dele”, alertou.

Lula Marques/Agência Brasil



Se debitamos o golpe de 1964 às Forças Armadas, creditamos não ter tido golpe, em 2022, às Forças Armadas. Podemos ter tido jogadores indisciplinados num time disciplinado. E os jogadores indisciplinados foram detectados agora. E queremos que eles sejam punidos porque não queremos ficar com a pecha da suspeição”

Ministro José Múcio, da Defesa

Militares impediram golpe em 2022

O ministro da Defesa, José Múcio, foi provocado a se manifestar a respeito do que foi feito pelo governo em relação aos militares envolvidos no 8 de janeiro de 2023 — quando vândalos bolsonaristas atacaram os prédios dos Três Poderes — e a tentativa de golpe de Estado que manteria o ex-presidente Jair Bolsonaro à frente do governo, por meio do não reconhecimento de que fora derrotado nas urnas por Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno das eleições de 2022. Segundo Múcio, se a quartelada de

1964 é atribuída aos militares, o fracasso das recentes incursões antidemocráticas também deve ser creditado aos integrantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. “Se debitamos o golpe de 1964 às Forças Armadas, creditamos não ter tido golpe, em 2022, às Forças Armadas. Podemos ter tido jogadores indisciplinados num time disciplinado. E os jogadores indisciplinados foram detectados agora. E queremos que eles sejam punidos porque não queremos ficar com a pecha

da suspeição. As Forças Armadas passaram incólumes”, frisou Múcio, sem citar nomes, mas referindo-se aos militares que abraçaram o bolsonarismo e estavam dispostos a atuar contrariamente à ordem institucional.

Confirmações

Múcio lembrou os depoimentos dos dois ex-comandantes do Exército (Freire Gomes) e da Aeronáutica (brigadeiro Baptista Júnior), que confirmaram à Polícia Federal (PF) que esteve em

curso, sim, uma tentativa de golpe ordenada por Bolsonaro. E agradeceu aos dois oficiais.

“Passei o ano inteiro respondendo críticas da imprensa, de políticos. E, graças a Deus, depois dessas últimas delações que surgiram em janeiro, que deu CPF aos suspeitos, e tirou o CNPJ das forças, nós podemos estar olhando para os senhores, com altivez, e dizendo que precisamos nos juntar. O que estou pedindo não é só para esse governo, é para os próximos governos”, exortou. (EE)